



# CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2026  
Data: 24 de maio de 2026

## TURNO: MATUTINO Emprego Público: Contabilista NÍVEL TÉCNICO OU SUPERIOR



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1h (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em **material transparente**, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, número de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- O Instituto IASPE coletará as **impressões digitais** dos candidatos no Cartão de Resposta;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Sucesso na prova de hoje!**



INSTITUTO  
AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E  
PROMOÇÃO DE EVENTOS

**LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Leia o poema abaixo e depois marque a única afirmação **incorreta**.

**Poética**

*conciso? com siso*

*prolixo? pro lixo*

(José Paulo Paes, em *Os melhores poemas de José Paulo Paes*, 2003.)

- (A) Não só em tom laudatório à economia vocabular empregada com discernimento, mas também em tom crítico à linguagem vazia e descartável, o poema brinca com a dualidade entre concisão e prolixidade por meio da distinção entre palavras e expressões sonoramente semelhantes.
- (B) A contração coloquial da preposição “para” com o artigo definido “o” em “pro lixo” é o que permite a proximidade sonora com a primeira sílaba de “prolixo”.
- (C) O efeito estilístico que o poeta estabelece entre “prolixo” e “pro lixo” se enquadra na figura de linguagem de paronomásia.
- (D) O poeta provoca um efeito de homofonia tanto entre a palavra “conciso” e a locução “com siso” como entre a palavra “prolixo” e a locução “pro lixo”.
- (E) A função da linguagem do texto de José Paulo Paes é poética, porque o foco não está em transmitir alguma informação, mas sim em valorizar a forma e o efeito das palavras, criando humor crítico e didático ao refletir sobre a concisão e a prolixidade.

2. Leia abaixo a penúltima estrofe do Hino Nacional do Brasil e depois marque a única afirmação **correta**.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

- (A) A estrofe apresenta imagens concretas e vívidas de heroísmo e coragem, valendo-se da “clava” como símbolo de justiça e força, a qual reforça, por meio da catacrese, a ideia de poder moral e resistência do povo brasileiro diante de desafios.
- (B) O rigor gramatical em certos gêneros textuais se revela na relação entre forma e conteúdo, como se vê no uso uniforme da 2ª pessoa do singular das formas verbais e pronominais — exceto na forma verbal “teme”, que poderia, para manter a uniformidade de tratamento, estar assim redigida: “temes”.
- (C) De acordo com a norma-padrão, constitui desvio de regência e, conseqüentemente, de crase a estrutura “foge à luta”, devendo ser “foge da luta”.
- (D) Se a estrofe fosse escrita com formas gramaticais de 3ª pessoa, estaria de acordo com a norma-padrão a seguinte redação: Mas, se ergue da justiça a clava forte, / Verá que um filho seu não foge à luta, / Nem teme, quem lhe adora, a própria morte.
- (E) Se se reorganizasse a estrofe em ordem direta, assim seria reescrita, sem desvio da norma-padrão: “Mas, se ergues a clava forte da justiça, verás que um filho teu não foge à luta, quem te adora nem teme a própria morte”.

3. Leia as frases abaixo e depois aponte a opção que preenche **corretamente** as lacunas.

- I. Agir de maneira coerente e lógica parece fácil, mas saber \_\_\_\_\_ exige sabedoria.  
II. Seguiremos o plano \_\_\_\_\_ para evitar atrasos no projeto.  
III. O núcleo terrestre é aproximadamente \_\_\_\_\_, deformado pela rotação.

- (A) por quê | preestabelecido | esferóideo.  
(B) porquê | pré-estabelecido | esferoideo.  
(C) por que | pré-estabelecido | esferoide.  
(D) por que | preestabelecido | esferoideo.  
(E) porque | pré-estabelecido | esferóide.

4. Leia o texto abaixo e depois aponte a afirmação **correta**.

*Num bar onde quatro pessoas jogavam cartas, uma delas disse: “Ei! Agora eu percebi que o três que ele fez com as mãos não correspondia aos três — vocês, que estão aqui na mesa junto comigo —, e sim às cartas”.*

- (A) Segundo a norma-padrão, é facultativo o uso de “aonde” no lugar de “onde”, uma vez que a eufonia colabora para a fluidez da leitura.  
(B) Nas duas ocorrências do vocábulo “três”, a presença do artigo definido determina que ambas as palavras pertencem à mesma classe gramatical: são substantivos.  
(C) O emprego da interjeição “Ei!”, além de indicar um chamamento de atenção, marca uma epifania do enunciador.  
(D) Em cada uma das ocorrências, o vocábulo “que” tem função coesiva diferente.  
(E) O emprego da vírgula após o segundo travessão é impróprio, pois o travessão já exerce o papel da vírgula.

5. Marque a única frase de acordo com a norma-padrão.

- (A) Naquele momento faltavam apenas dez minutos para a meia-noite, e ele ainda segurava a carta nas mãos, tremendo, consciente de que nada poderia desfazer o que estava por vir.  
(B) Desobedecê-lo não era pior que ignorá-lo, pois a indiferença silenciosa poderia ferir mais profundamente seu orgulho, minando sua autoridade e causando ressentimentos duradouros entre todos.  
(C) Em que pesem às vaidades dela e às consequências disso, não vai mudar de postura, mesmo diante das críticas severas e da desaprovação alheia constante.  
(D) Já devem fazer dez horas, porque as luzes da cidade ainda brilham, os transeuntes se esgueiram apressados e os cafés mantêm suas portas abertas.  
(E) A saída não consiste em continuar a tachar aprioristicamente todos os consumidores de honestos, e sim oferecer políticas e mecanismos que incentivem comportamentos responsáveis de consumo.

6. No poema “Isto”, de Fernando Pessoa, diz o enunciador na 1ª estrofe:

*Dizem que finjo ou minto  
Tudo que escrevo. Não.  
Eu simplesmente sinto  
Com a imaginação.  
Não uso o coração.*

Marque a única afirmação **incorreta**.

(A) Se a forma verbal “dizem” fosse substituída por “digam”, o tipo de sujeito seria diferente, provocando alteração de sentido, pois deixaria de impessoalizar o agente da ação verbal para dirigir a enunciação diretamente a interlocutores.

(B) O adjunto adverbial “com a imaginação” pode ter o sentido de modo ou meio; afinal, pode indicar tanto a maneira como o eu lírico sente quanto o meio, a mediação psíquica pela qual sente.

(C) Se os três últimos versos fossem assim escritos: “Eu simplesmente sinto com a imaginação: não uso o coração” ou “Eu simplesmente sinto com a imaginação; não uso o coração”, o sentido original se manteria, mas não a relação sintática entre as duas orações de cada período, devido à mudança de pontuação entre elas.

(D) O emprego do advérbio “simplesmente” modaliza a forma verbal “sinto”, expressando autenticidade e naturalidade para enfatizar o sentimento do eu lírico diante da falsidade que se lhe atribui ao escrever.

(E) Haveria uma leitura diferente de “finjo ou minto” se assim estivesse redigido esse segmento: “ora finjo, ora minto”; afinal, com estas conjunções correlativas alternativas, indica-se que ambos os comportamentos seriam intercalados ou recorrentes, não apenas opções separadas.

7. Leia o texto abaixo e depois aponte a única afirmação **incorreta**.

*O primeiro sinal que um leitor prevenido deve procurar num livro, a meu ver, é o da autenticidade. Antes de qualquer avaliação final, antes de uma colocação mais firme, importa distinguir se a obra vem das profundezas de um sujeito ou das meras superfícies, que apenas espelham os gestos dos outros. O que importa, na voz de um livro, é que seja uma voz de homem, que as palavras dessa voz estejam ligadas à lenda desse rei que cada esfinge de esquina tenta devorar. O que importa, em suma, é que a obra seja uma Mensagem.*

(Gustavo Corção, em [https://www.pensador.com/autor/gustavo\\_corcao/](https://www.pensador.com/autor/gustavo_corcao/))

(A) Esse texto de Gustavo Corção reflete um modo de construção do discurso muito comum, especialmente quando o enunciador deseja expor e defender o seu ponto de vista sobre um tema, a saber: a dissertação.

(B) Quando o autor fala em “autenticidade” dentro de um livro, o que ele aponta como critério para o “leitor prevenido” identificar nessa obra é o seguinte: a qualidade ou o caráter do ineditismo e da profundidade, isto é, do que não é falso, não é forjado, não é comezinho.

(C) Uma paráfrase adequada do trecho sublinhado em “importa distinguir se a obra vem das profundezas de um sujeito ou das meras superfícies” poderia ser esta: “é importante discriminar”.

(D) Segundo a norma-padrão, o artigo definido é facultativo antes de pronome possessivo adjetivo; desse modo, é possível usar “a meu ver” ou “ao meu ver”.

(E) Estará fora da norma-padrão, por ferir o emprego de estruturas em paralelismo introduzidas por locução prepositiva, a seguinte redação dada ao início do segundo período do texto: *Antes de qualquer avaliação final, de uma colocação mais firme...*

8. Leia o texto abaixo e depois marque a única opção **incorreta**.

*A Literatura é uma arte que tem como matéria-prima a palavra. Por isso, ela trabalha com os sentidos, os sons e o poder de sugestão das palavras. Os textos literários têm maior duração do que os não literários, visto que não são utilitários. Isso quer dizer que textos utilitários e, portanto, não literários têm um tempo de validade, já que deixam de importar quando cumprem sua função. No entanto, os autores e leitores atribuem à Literatura importantes funções sociais, tais como: despertar emoções, divertir, dar asas à imaginação, provocar reflexão, mostrar a realidade, afirmar a identidade de um povo, valorizar a tradição.*

*A Literatura como arte da escrita tem origem na Antiguidade. Não é possível precisar a origem exata da Literatura. No entanto, podemos afirmar que ela surgiu por meio de um discurso oral. Contar histórias faz parte da tradição de todos os povos. Portanto, a Literatura surgiu quando o primeiro ser humano se dispôs a narrar acontecimentos de forma imaginativa e impressionante, ou quando ele cantou a primeira canção — as histórias mais antigas são as epopeias, como a *Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero.*

(Texto adaptado de <https://brasilecola.uol.com.br/literatura>)

- (A) O segmento “Os textos literários têm maior duração do que os não literários, visto que não são utilitários” estaria consoante à norma-padrão se fosse redigido da seguinte maneira: “Os textos literários têm maior duração do que os não literários, visto não serem utilitários”.
- (B) São obrigatórias as vírgulas separando o adjunto adnominal explicativo “de Homero”.
- (C) O acento grave em “Informou-se à senhora que já não haveria férias” é empregado pelo mesmo motivo que em “os autores e leitores atribuem à Literatura importantes funções sociais”.
- (D) Ignorando-se o sentido original, a seguinte reescritura do trecho “Os textos literários têm maior duração do que os não literários” está em conformidade com as regras de concordância verbal da norma-padrão: “Há de existir textos literários com a maior duração do que os não literários”.
- (E) Preposição acidental é uma palavra que, embora pertença originalmente a uma determinada classe gramatical, acaba por ocupar a posição sintática de uma preposição essencial ou de uma locução prepositiva, conforme se vê em “A Literatura como arte da escrita tem origem na Antiguidade”.

9. Leia os dois minicontos abaixo.

I. Caiu da escada e foi para o andar de cima. (Adrienne Myrtes)

II. Uma vida inteira pela frente. O tiro veio por trás. (Cíntia Moscovich)

(Marceline Freire, org. Os cem menores contos brasileiros do século, 2004)

Marque a única afirmação **incorreta**.

- (A) No miniconto I, a escada, se tomada em sentido denotativo, deveria levar a pessoa a um patamar físico acima do chão; no entanto, ela, direta ou indiretamente, acabou por conduzir a pessoa à morte, representada pelo eufemismo irônico “foi para o andar de cima”.
- (B) O termo “pela frente” não ensejaria ambiguidade sintática se estivesse presente nesta reescritura: “Ele tinha uma vida inteira pela frente. O tiro veio por trás”.
- (C) No miniconto II, o pretérito perfeito do indicativo em “veio” cria um efeito de acontecimento consumado, reforçando a surpresa e o choque repentino da narrativa.
- (D) As múltiplas interpretações possíveis dos dois textos nos permitem reescrevê-los ainda mais sinteticamente, conservando-se o sentido básico, a saber: “Ao cair, subiu” (texto I) e “Todo um futuro... traído pelo passado” (texto II).
- (E) Ambos os textos utilizam sintaxe enxuta e economia vocabular, produzindo efeito de impacto imediato e concentrado, característica típica da microficcão contemporânea.

10. Em “Oração aos moços”, Rui Barbosa assim diz:

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem.

Marque a única afirmação **incorreta** sobre o texto.

- (A) O prefixo “des-”, empregado em várias palavras (desigualmente, desiguais, desigualam, desigualdade), marca oposição e negação, reforçando contrastes essenciais sobre igualdade real vs. falsa.
- (B) Na frase “O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura”, há desvio da norma-padrão, pois o verbo “ser” não concorda com o sujeito “O mais”.
- (C) O advérbio “desigualmente” modaliza a ação de “quinhoar”, indicando como essa distribuição deve ocorrer: proporcionalmente às desigualdades, e não de modo uniforme.
- (D) A locução conjuntiva comparativa “como se” evidencia a irrealidade da igualdade total, reforçando a crítica do autor à pretensão humana de tratar desiguais como equivalentes.
- (E) Poder-se-ia reescrever o trecho “Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade” suprimindo-se a preposição “a” dos objetos diretos.

#### MATEMÁTICA FINANCEIRA

11. A fábrica Urso Panda, da cidade de Tabatinga/SP, decide renovar seu maquinário e, para isso, realiza um investimento de R\$ 50.000,00 em um fundo de expansão que remunera a uma taxa de 4% ao bimestre, sob o regime de capitalização composta. Nessa condição, se o capital permanecer aplicado por um período de 8 meses, qual será o valor dos juros acumulados, rendimento - ao final desse prazo?

(Considere:  $1,04^4 \approx 1,17$ )

- (A) R\$ 68.430,00
- (B) R\$ 58.500,00
- (C) R\$ 18.500,00
- (D) R\$ 6.243,20
- (E) R\$ 8.500,00

RASCUNHO

12. A consultoria Zeca Urubu, em suporte administrativa para o setor de comércio varejista, no estado de São Paulo, analisa a viabilidade financeira de uma campanha promocional para a loja "Fofuras de Pelúcia", sediada em Tabatinga/SP.

Determinado item, um Ursinho de pelúcia símbolo cultural da cidade, possui um preço de custo de R\$ 390,15. O departamento de marketing, liderado pelo gerente de vendas, Zé comeia, planeja aplicar uma estratégia de precificação no período de festa do evento – Tabatinga Rodeio Show, que consiste em oferecer um desconto linear de 15% sobre o preço nominal de catálogo, ou seja, o **preço anunciado**.

Considerando que a diretoria estabeleceu uma meta de margem de lucro bruta de 40% sobre o preço de custo, o preço que deve ser anunciado na etiqueta, de modo que o lucro e o desconto sejam rigorosamente preservados, deve ser de:

- (A) R\$ 546,21
- (B) R\$ 624,80
- (C) R\$ 642,60
- (D) R\$ 651,15
- (E) R\$ 628,15

RASCUNHO

13. O setor de contabilidade da Câmara Municipal de Tabatinga/SP, recebeu uma dotação orçamentária suplementar destinada à aquisição de materiais de consumo para o expediente. Sabe-se que, com o montante de R\$ 21.450,00, a administração consegue adquirir exatamente 3.300 unidades de um determinado item de expediente de alto padrão.

Considerando que o fornecedor mantém, rigorosamente, a mesma relação de preço unitário e que a Câmara deseja realizar um empenho para adquirir um total de 5.450 unidades desse mesmo item para suprir a demanda, o valor total do novo empenho a ser emitido pelo contabilista será de:

- (A) R\$ 32.145,00
- (B) R\$ 34.820,50
- (C) R\$ 35.425,00
- (D) R\$ 36.115,25
- (E) R\$ 38.900,00

RASCUNHO

14. Em uma situação hipotética, uma empresa brasileira focada na fabricação e distribuição de sucos naturais integrais, Néctar da Terra LTDA, sediada na cidade de Tabatinga/SP, realizou um empréstimo bancário para a aquisição de novos equipamentos para ampliação da produção, no valor total de R\$ 480.000,00. Ficou acordado que o pagamento será efetuado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), em 80 parcelas mensais, com uma taxa de juros nominal de 1,5% ao mês.

Considerando que não há carência e que a primeira prestação vence 30 dias após a assinatura do contrato, o valor exato da 31ª prestação a ser provisionada pela contabilidade será de:

- (A) R\$ 10.500,00
- (B) R\$ 11.250,00
- (C) R\$ 11.850,00
- (D) R\$ 12.300,00
- (E) R\$ 13.200,00

RASCUNHO

15. Tokyo, uma japonesa em visita a cidade de São Paulo/SP decide ir a cidade de Tabatinga, interior de São Paulo, fazer compras de vários ursinhos de pelúcia. Ela decide alugar um carro e na oportunidade foi informada pela empresa de locação que o carro escolhido por ela consome **15 litros** de combustível para percorrer uma distância de **180 km**. Mantendo esse mesmo desempenho, quantos litros serão necessários para percorrer **300 km**?

- (A) 25 litros
- (B) 21 litros
- (C) 30 litros
- (D) 35 litros
- (E) 20 litros

RASCUNHO

#### INFORMÁTICA

16. Tratando-se de Segurança da Informação, o princípio que visa garantir que a informação não seja **alterada** ou **destruída** de forma **não autorizada**, assegurando sua exatidão e completude denomina-se.

- (A) Irretratabilidade
- (B) Disponibilidade
- (C) Bloqueio
- (D) Confiabilidade
- (E) Integridade

17. Para impedir que acessos externos não autorizados tentem invadir a rede local da Câmara Municipal dos vereadores da cidade de Tabatinga/SP, através de portas de comunicação da internet, o sistema de segurança que atua como uma barreira de filtragem de tráfego é o:

- (A) Antivírus.
- (B) Anti-spyware.
- (C) Firewall.
- (D) Rootkit.
- (E) Worm.

18. Um contabilista da Câmara Municipal de Tabatinga/SP, recebe um e-mail com um link que, ao ser clicado, instala um programa oculto responsável por registrar todas as teclas digitadas (incluindo senhas bancárias) e enviá-las a terceiros. Esse tipo de **malware** é um:

- (A) Ransomware.
- (B) Keylogger.
- (C) Adware.
- (D) Firewall.
- (E) Boot.

19. Um contabilista deseja imprimir um relatório de empenhos e, logo em seguida, colar uma informação que copiou de outra planilha. Quais atalhos de teclado devem ser utilizados para as funções de **Imprimir** e **Colar**, respectivamente?

- (A) CTRL + I e CTRL + C
- (B) CTRL + P e CTRL + V
- (C) CTRL + P e CTRL + C
- (D) ALT + P e ALT + V
- (E) SHIFT + P e SHIFT + V

20. Em uma auditoria de Almoxarifado você é o contabilista da Câmara Municipal e está realizando o inventário físico dos equipamentos de TI. Ao chegar em uma estação de trabalho nova, você encontra os seguintes itens sobre a mesa:

1. Um **Scanner de mesa** para digitalização de notas fiscais.
2. Uma **Tela de Monitor (Touch Screen)** utilizada para assinaturas digitais de cidadãos.
3. Um **Fone de Ouvido com Microfone acoplado (Headset)** usado em videoconferências.
4. Um **Teclado** de mesa e um **Mouse**.

O estagiário de TI, afirma que todos esses itens são "apenas periféricos de entrada, pois o computador só recebe comandos através deles". Como contabilista e tendo noções básicas de informática, você percebe que a afirmação do estagiário está tecnicamente incompleta.

Com base nos dispositivos listados no caso hipotético anterior, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, entre as alternativas abaixo: um periférico de entrada, um de saída e um de entrada/saída (híbrido):

- (A) Scanner | Teclado | Tela Touch Screen.
- (B) Teclado | Headset | Scanner.
- (C) Scanner | Fone de Ouvido | Tela Touch Screen.
- (D) Tela Touch Screen | Fone de Ouvido | Mouse.
- (E) Microfone | Monitor Comum | Teclado.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**21.** Tendo como exemplo, a técnica de planejamento e gestão pública, do tipo Orçamento-Programa, adotado pela administração pública brasileira, a alocação de recursos no orçamento da Câmara Municipal deve, obrigatoriamente, estar vinculada a:

- (A) Gastos do exercício anterior, com correção apenas inflacionária.
- (B) Objetivos e metas a serem alcançados, com ênfase no que a instituição realiza.
- (C) Necessidades financeiras das unidades administrativas, sem exigência de planejamento.
- (D) Aquisição de bens e serviços, com foco exclusivo no objeto do gasto.
- (E) Manutenção estrita do equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada, ignorando os resultados.

**22.** No âmbito do processo legislativo orçamentário, caso o Poder Executivo não envie a proposta orçamentária ao Poder Legislativo no prazo fixado na Lei Orgânica Municipal, qual deve ser o procedimento adotado pela Câmara Municipal de Tabatinga/SP, conforme a Lei nº 4.320/1964?

- (A) O Poder Legislativo deverá suspender a execução orçamentária do ano seguinte, até que a nova proposta seja enviada.
- (B) O Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- (C) O Tribunal de Contas respectivo será instado a elaborar uma proposta orçamentária técnica de caráter impositivo.
- (D) O Presidente da Câmara Municipal deverá elaborar uma proposta própria baseada na média de arrecadação dos últimos três anos.
- (E) A Comissão de Finanças da Câmara Municipal passará a ter competência para redigir uma nova proposta.

**23.** De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (MTO), a classificação da despesa pública é composta por diferentes critérios. Aquela que tem por finalidade responder à pergunta, por exemplo, em que área a despesa será realizada, (ex: Saúde, Educação, Legislativa) e apresenta caráter obrigatória para todos os entes da federação, denomina-se:

- (A) Classificação por Natureza.
- (B) Classificação Institucional.
- (C) Classificação Funcional.
- (D) Classificação por Estrutura Programática.
- (E) Classificação por Fonte de Recursos.

**24.** No que tange às disposições constitucionais sobre Orçamento e Finanças Públicas (Art. 163 a 169 da CF/88), analise a situação hipotética:

A Câmara Municipal de Tabatinga/SP pretende realizar uma operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital previstas para o exercício de 2027. Simultaneamente, o Poder Legislativo local verifica que sua despesa total com pessoal atingiu 95% do limite legal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diante das vedações e normas constitucionais, é **correto** afirmar que:

- (A) A realização da operação de crédito que exceda as despesas de capital é terminantemente proibida pela CF/88, sem qualquer exceção, em respeito ao princípio da responsabilidade fiscal.
- (B) A instituição de fundos de qualquer natureza pela Câmara Municipal, pode ser feita livremente através de Decreto do Prefeito, desde que haja previsão de receita no Plano Plurianual (PPA).
- (C) Como o Poder Legislativo atingiu o limite prudencial de despesas com pessoal, a CF/88 veda imediatamente a concessão de vantagem ou aumento de remuneração, ressalvada apenas a revisão geral anual (inciso X do art. 37).
- (D) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- (E) Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 30 de cada mês.

#### CONTABILIDADE GERAL

**25.** Após o encerramento das contas de resultado, a empresa de ursinho de pelúcia para cães, Nairobi anjo do céu LTDA. deve levantar suas demonstrações contábeis. Nessa condição, qual demonstração é responsável por evidenciar a posição financeira e patrimonial da empresa em uma determinada data, apresentando ativos, passivos e o patrimônio líquido:

- (A) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
- (B) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).
- (C) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
- (D) Balanço Patrimonial.
- (E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

**26.** A Empresa de ursinho de pelúcia para Cães, Nairobi patinhas do céu LTDA., ao final do período administrativo, precisa realizar o encerramento das contas de resultado. Dentre as alternativas abaixo, assinale qual é o procedimento contábil correto para zerar as contas de receitas e despesas e apurar o lucro ou prejuízo:

- (A) transferir os saldos das contas de receitas e despesas diretamente para a conta de Capital Social no Patrimônio Líquido.
- (B) Debitar as contas de receitas e creditar as contas de despesas, tendo como contrapartida a conta transitória de Apuração do Resultado do Exercício (ARE).
- (C) Encerrar apenas as contas de despesas contra o Caixa da empresa, para garantir que não haja saídas pendentes.
- (D) Lançar o saldo das contas de ativo e passivo na conta de Apuração do Resultado do Exercício para verificar o equilíbrio patrimonial.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

27. De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, para que um item seja classificado como ativo no Balanço Patrimonial da Câmara Municipal, ele deve ser definido como um recurso econômico:

- (A) Presente, controlado pela entidade como resultado de eventos passados e que possui potencial de produzir benefícios econômicos.
- (B) Futuro, de propriedade legal da entidade, cuja entrada de caixa seja garantida por lei orçamentária.
- (C) Presente, resultante de eventos futuros e que represente uma obrigação de transferência de recurso econômico.
- (D) Físico e tangível, obrigatoriamente destinado à alienação para gerar receita extraordinária.
- (E) Identificável apenas quando houver o desembolso financeiro (regime de caixa) para sua aquisição.

28. A cidade de **Tabatinga/SP** é uma grande produtora de suco natural de laranja. O município abriga uma indústria reconhecida no setor de bebidas. Em um caso hipotético, a empresa Suco é vida Ltda. apresentou, em 31/12/2025, os seguintes saldos em suas contas contábeis:

Nome da Conta Contábil	Valor em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.000,00
Capital Social Subscrito	150.000,00
(-) Capital a Integralizar	30.000,00
Empréstimo Bancários (Longo Prazo)	45.000,00
Adiantamento a Empregados	4.500,00
Adiantamento de Clientes	12.000,00
Reservas de Lucros	22.000,00
Veículos	80.000,00
(-) Depreciação Acumulada de Veículos	16.000,00
Fornecedores	38.000,00
Intangível (Softwares)	15.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Saldo Credor)	5.500,00

Com base, exclusivamente, nas informações acima, qual é o valor total do patrimônio Líquido da empresa Suco é Vida Ltda.

- (A) R\$ 131.500,00
- (B) R\$ 126.000,00
- (C) R\$ 153.000,00
- (D) R\$ 177.500,00
- (E) R\$ 147.500,00

29. A NBC TG 26 (R5) estabelece que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas utilizando-se o **regime de competência**, exceto para uma demonstração específica que, por sua natureza de mensuração de entradas e saídas físicas de recursos, é elaborada com base no regime de caixa.

O contabilista da Câmara Municipal de Tabatinga/SP deve identificar que essa exceção obrigatória ao regime de competência refere-se à:

- (A) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
- (B) Demonstração de saída.
- (C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- (D) Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
- (E) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

**30.** Um contabilista da Câmara Municipal de Tabatinga/SP, apelidado de Guarda-Livros, ao revisar os lançamentos do mês anterior, constatou que o registro do pagamento de uma folha de subsídios dos vereadores foi efetuado duplicadamente no sistema contábil. Para corrigir o erro de escrituração, o profissional deve aplicar as diretrizes da **ITG 2000 (R1)**.

Considerando as formas admissíveis de retificação, o lançamento corretivo que consiste na inserção de um novo registro estornando o valor duplicado, sem anular o lançamento original por completo, é classificado como:

- (A) Lançamento de Complementação.
- (B) Lançamento de Estorno.
- (C) Lançamento de Transferência.
- (D) Lançamento de Ressalva.
- (E) Lançamento de Anulação.

### CONTABILIDADE PÚBLICA

**31.** Sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Câmara Municipal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa que descreve corretamente uma regra de sua elaboração e transparência:

- (A) Na despesa total com pessoal do Legislativo, para fins de apuração do limite, devem ser computados os gastos com inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados.
- (B) As despesas com indenizações por demissão e programas de desligamento voluntário somam para o cálculo do limite prudencial de 5,7%.
- (C) O RGF deve ser emitido ao final de cada quadrimestre e assinado, exclusivamente, pelo Contador e pelo Controlador Interno.
- (D) O RGF deve ser publicado em até 30 dias após o encerramento do período a que se refere, sob pena de sanções.
- (E) O RGF deve ser publicado em até 25 dias após o encerramento do período a que se refere, sob pena de sanções.

**32.** O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é um dos principais instrumentos de transparência fiscal e evidenciação contábil exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (**Lei Complementar nº 101/2000**).

Em relação à periodicidade de publicação e à abrangência desse relatório, assinale a alternativa correta:

- (A) Deve ser publicado mensalmente, abrangendo apenas os Poderes Executivo e Legislativo de cada ente.
- (B) Deve ser publicado quadrimestralmente, abrangendo, exclusivamente, o Poder Executivo de cada ente.
- (C) Deve ser publicado bimestralmente, abrangendo todos os Poderes e o Ministério Público de cada ente.
- (D) Deve ser publicado semestralmente, abrangendo apenas a Administração Direta de cada ente.
- (E) Deve ser publicado anualmente, abrangendo as autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

**33. Sobre a NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente** – leia o caso hipotético e responda:

A Câmara Municipal de Tabatinga, no estado de São Paulo – ao fiscalizar as contas do Poder Executivo, analisa um contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico. De acordo com a **NBC TSP 05**, para que a entidade concedente, no caso o Município, reconheça em seu balanço patrimonial um ativo de concessão de serviço, é necessário que ela atenda a determinados critérios de controle.

Com base nessa norma, a concedente deve reconhecer o ativo se, e somente se:

- (A) O ativo for financiado, exclusivamente, com recursos próprios da concessionária, independentemente de quem detém o controle do serviço ao final do contrato.
- (B) A concedente controlar ou regulamentar quais serviços a concessionária deve prestar, a quem deve prestá-los e o preço (tarifa) a ser cobrado.
- (C) O contrato prevê a transferência automática da propriedade do ativo para a concessionária ao término do período de concessão.
- (D) O ativo de concessão for de uso administrativo da prefeitura, não possuindo relação direta com a prestação de serviços à coletividade.
- (E) A concessionária assumir, integralmente, os riscos e benefícios do ativo, sem qualquer interferência do poder público na regulação de preços.

**34. No mês de dezembro, o Contabilista da Câmara Municipal de Tabatinga/SP realizou o levantamento do encerramento do exercício financeiro do Poder Legislativo. Após o pagamento de todas as despesas liquidadas no ano e a inscrição devida em Restos a Pagar, constatou-se um saldo financeiro positivo decorrente dos repasses mensais recebidos do Poder Executivo (**Duodécimos**).**

Considerando as normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (**MCASP**) e as diretrizes relativas à devolução de sobras de duodécimo ao caixa do Tesouro Municipal, assinale a alternativa **correta** sobre o registro contábil e impacto orçamentário dessa operação:

- (A) A devolução das sobras do duodécimo ao Poder Executivo deve ser registrada na Câmara Municipal como uma Despesa Orçamentária Corrente, alterando o limite de gastos de pessoal do Poder Legislativo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (B) O valor da sobra do duodécimo devolvido pela Câmara entra no balanço do Poder Executivo Municipal sob a natureza de Receita Orçamentária Corrente Tributária, uma vez que se trata de ingresso de recurso financeiro novo nos cofres do Tesouro.
- (C) Na Câmara Municipal, a devolução das sobras financeiras ao Executivo configura um fato de natureza puramente extraorçamentária (Desembolso Extraorçamentário), devendo ser demonstrada no Balanço Financeiro e deduzida das disponibilidades de caixa da unidade ao final do exercício.
- (D) As sobras de duodécimo não precisam ser devolvidas ao Poder Executivo se a Mesa Diretora da Câmara Municipal emitir um decreto legislativo incorporando automaticamente o saldo ao superávit financeiro da própria Câmara para o ano seguinte.
- (E) A operação de devolução do duodécimo é classificada pelo Poder Executivo como uma Receita de Capital por Alienação de Bens, tendo em vista que extingue um direito financeiro detido pelo município.

**35.** No que tange aos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), considere a situação hipotética da Câmara Municipal de Tabatinga. Ao final de um determinado exercício financeiro, o contabilista da Casa Legislativa observa que a Despesa Total com Pessoal do Poder Legislativo Municipal atingiu um patamar que exige atenção imediata. Com base na referida Lei, assinale a alternativa que descreve **corretamente** o limite máximo e as vedações aplicáveis:

(A) O limite total da despesa com pessoal para o Poder Legislativo Municipal é de 5% da Receita Corrente Líquida (RCL), e, ao atingir 95% desse limite, a Câmara fica vedada de conceder qualquer tipo de vantagem ou aumento de remuneração.

(B) O limite máximo para o Legislativo Municipal, incluído o Tribunal de Contas dos Municípios (quando houver), é de 6% da Receita Corrente Líquida (RCL). Se a despesa exceder o limite prudencial (95% do limite máximo), a Câmara não poderá contratar novas horas extras, salvo em situações específicas previstas na LRF.

(C) O limite de gastos com pessoal do Poder Legislativo é de 3% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo que o descumprimento do limite de alerta (90% do limite máximo) impede a realização de concursos públicos para cargos efetivos.

(D) O limite máximo é de 6% da Receita Corrente Líquida (RCL), e, caso a despesa ultrapasse o limite total ao fim do quadrimestre, o excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

(E) O limite máximo para o Legislativo Municipal, incluído o Tribunal de Contas dos Municípios (quando houver), é de 95% da Receita Corrente Líquida (RCL) apenas.

**36.** A Câmara Municipal de Tabatinga/SP contratou uma empresa especializada para a manutenção dos computadores do setor de contabilidade. Após a prestação integral dos serviços e a entrega da respectiva nota fiscal, o contabilista da Câmara realizou a verificação do direito adquirido pelo credor, conferindo os comprovantes e atestando que a obrigação foi regularmente cumprida.

Nesse caso hipotético, a atuação do contabilista correspondeu ao estágio da despesa pública denominado:

(A) Fixação.

(B) Empenho.

(C) Promessa de Empenho.

(D) Pagamento.

(E) Liquidação.

**37.** Durante o encerramento do mês de janeiro, o setor contábil da Câmara Municipal de Tabatinga/SP realizou o registro contábil referente ao recebimento de uma transferência financeira recebida do Poder Executivo, o Duodécimo, que havia sido previamente prevista na Lei Orçamentária Anual. Simultaneamente, na esfera patrimonial, esse ingresso de recursos financeiros gerou um impacto imediato, pois não estava vinculado a nenhuma obrigação futura ou fato gerador pendente na contabilidade da Câmara.

Considerando as regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a natureza dos lançamentos orçamentários e patrimoniais, o registro do **recebimento do duodécimo** e a sua classificação quanto ao impacto no patrimônio líquido da Câmara representam, respectivamente:

(A) Um lançamento puramente orçamentário de Fixação da Despesa / Um fato contábil permutativo.

(B) Um lançamento de restos a pagar / Um fato contábil misto ou composto.

(C) Um lançamento de baixa de Ativo Não Circulante / Um fato contábil modificativo diminutivo (Variação Patrimonial Diminutiva - VPD).

(D) Um lançamento na classe 5 (Orçamento Aprovado) e classe 6 (Execução do Orçamento) / Um fato contábil modificativo aumentativo (Variação Patrimonial Aumentativa - VPA).

(E) Nenhuma das alternativas anteriores.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**38.** No que tange aos princípios da Administração Pública, do princípio da supremacia do interesse público decorre que:

- (A) A autoridade competente tem o poder-dever de apurar ilícito administrativo, quando ciente de violações de deveres funcionais cometidas por subordinado.
- (B) A autoridade competente não pode, de ofício, apurar violações de cláusulas de contrato administrativo por parte de pessoa jurídica contratada, considerando que precisa de provocação da parte prejudicada.
- (C) O gestor público pode priorizar a destinação de mais medicamentos à Unidade básica de Saúde Beta em detrimento da Unidade Básica de Saúde Alfa, tendo como motivo o fato de a primeira está situada na região onde mais angariou votos na última eleição. Tal medida fundamenta-se em sua proposta de governo, respaldada pela discricionariedade no exercício da gestão.
- (D) A autoridade de vigilância sanitária pode deixar de autuar restaurante e interditá-lo, após sucessivas violações de advertências e recomendações, quando previsto em lei o ato de restrição, considerando o princípio fundamental da livre iniciativa e o fato de ser o único sustento de sua família.
- (E) O prefeito municipal do município Delta pode deixar de realizar concurso público, sob alegação de que o certame possibilita que cidadãos de qualquer região do Brasil possam ocupar vagas a serem priorizadas aos respectivos municípios.

**39.** A Lei nº 14.133/2021, difundida como Nova Lei de Licitações, reformulou normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No que diz respeito ao capítulo da contratação direta, estatui que é inexigível a licitação quando inviável a competição, especialmente, no caso de:

- (A) Contratação que tenha por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- (B) Contratação que tenha por objeto aquisição de medicamentos destinados, exclusivamente, ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- (C) Aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (D) Contratação de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos, caracterizados como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (E) Contratação de serviço técnico especializado de publicidade e divulgação.

**40.** No que se refere ao regime jurídico dos contratos instituído pela Lei nº 14.133/2021, é **correto** afirmar que a Administração ostenta a seguinte prerrogativa em relação a **contratos administrativos**:

- (A) Modificá-los, unilateralmente, de acordo com a conveniência e oportunidade do administrador público.
- (B) Extingui-los, unilateralmente, por deliberação da alta cúpula do governo ou da autoridade máxima da entidade da administração indireta.
- (C) Intervir, a qualquer momento, no método de execução.
- (D) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação à política do governo.
- (E) Alterá-los, unilateralmente, com as devidas justificativas, quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nas mesmas condições contratuais, com acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras. Nessa hipótese, o contratado será obrigado a aceitar a modificação.

41. No que pertine à Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é **correto** afirmar que:

- (A) Considera-se dolo a omissão em assumir o risco de alcançar o resultado ilícito tipificado no referido diploma legal.
- (B) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vista a ocultar irregularidades.
- (D) A Lei de Improbidade Administrativa não se aplica ao particular que induz ou concorre dolosamente para a prática de ato de improbidade, por não ostentar o *status* jurídico de agente público.
- (E) O ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e a aplicação concomitante das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica afasta a responsabilização por ato de improbidade administrativa tipificado na legislação em tela, considerando o princípio do ***non bis in idem***.

42. Em relação à Lei nº 13.709/2018, intitulada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), não é **correto** afirmar que:

- (A) Essa lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive, nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (B) Se aplica ao tratamento de dados pessoais para fins, exclusivamente, de atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- (C) Tem como fundamento os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- (D) Tem como fundamento o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação, bem como a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.
- (E) A aplicação da LGPD é afastada no tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins, exclusivamente, particulares e não econômicos.

43. No âmbito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). Diante das competências constitucionais conferidas a essa Corte de Contas, assinale a alternativa que apresenta uma atribuição de caráter **opinativo** – e não impositivo/julgador, do TCE-SP:

- (A) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta municipal.
- (B) Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
- (C) Aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.
- (D) Sustar, se não atendido, a execução de ato administrativo impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal.
- (E) Julgar diretamente as contas do Presidente da Câmara aplicando-lhe, multas e sanções diretamente.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**44.** A instrução normativa RFB Nº 2.237, de 4 de dezembro de 2024, dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais DCTFWeb. De acordo com o Art. 3º são obrigados a apresentar a DCTFWeb, **exceto**:

- (A) As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que – por previsão em lei, são dispensadas de pagar determinados tributos.
- (B) Condomínio de edifícios enquadrada como entidade de qualquer natureza ou finalidade.
- (C) As entidades federais e regionais de fiscalização do exercício profissional, exemplo: Conselho Federal de Contabilidade (**CFC**).
- (D) O candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação específica.
- (E) A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (**FAPESP**).

**45.** A Câmara Municipal de Tabatinga/SP, ao realizar o fechamento da folha de pagamento de seus servidores comissionados e vereadores, realiza a retenção na fonte da contribuição previdenciária devida por esses agentes e apura a respectiva cota patronal a ser recolhida aos cofres da União.

Considerando as normas do Código Tributário Nacional (**CTN**) e a jurisprudência pátria aplicáveis às obrigações tributárias, assinale a alternativa **correta** sobre a condição jurídica da Câmara Municipal e a natureza dessas exações:

- (A) A contribuição previdenciária descontada dos vereadores e servidores comissionados possui natureza de taxa de serviço, razão pela qual a Câmara atua como mera intermediária, não se submetendo às regras de responsabilidade tributária do CTN.
- (B) As contribuições sociais previdenciárias – patronal e retida na fonte – possuem natureza jurídica de tributo. Em relação à parcela descontada dos segurados e não repassada, tempestivamente, configura-se inadimplemento de obrigação tributária sob a condição da Câmara Municipal como responsável por retenção (sujeito passivo por sujeição indireta).
- (C) Por força da imunidade recíproca prevista na Constituição Federal, a Câmara Municipal, sendo órgão de um ente federativo, está imune do recolhimento da cota patronal previdenciária sobre a folha de salários.
- (D) O lançamento tributário das contribuições previdenciárias devidas pela Câmara Municipal ocorre, exclusivamente, por meio de lançamento de ofício, cabendo à Receita Federal do Brasil calcular e emitir mensalmente a guia de recolhimento, sem necessidade de declaração prévia do contador do órgão, como eSocial/DCTFWeb.
- (E) A Câmara municipal não tem obrigação de recolher a cota patronal de seus servidores comissionados e vereadores, visto que, não são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

**46.** No contexto da Reforma Tributária do consumo, Emenda Constitucional nº 132/2023, o Brasil adotará o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (**IVA**) Dual. A Contribuição sobre Bens e Serviços (**CBS**), de competência federal, foi instituída com o objetivo de unificar e substituir diretamente quais tributos da União?

- (A) ICMS e ISS.
- (B) PIS, Cofins e, substancialmente, o IPI.
- (C) Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL.
- (D) IOF e ISS.
- (E) IPVA e ISS.

**47.** No início do exercício financeiro, o Contabilista da Câmara Municipal de Tabatinga/SP foi convocado para emitir um parecer técnico a respeito do planejamento orçamentário da Casa Legislativa e das adequações necessárias frente às inovações trazidas pela Lei Complementar nº 214/2025. O foco da discussão legislativa girava em torno da transição do antigo modelo de tributação para o novo regime do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual e suas implicações para a autonomia fiscal e financeira do Município e da própria Câmara.

Hipoteticamente, considerando as disposições da LC nº 214/2025 relativas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à gestão compartilhada, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação tecnicamente **correta** aplicável à realidade municipal:

**(A)** O IBS adota o princípio da incidência no destino, o que significa que o imposto pertence ao local de consumo dos bens e serviços e não ao local de sua origem, cabendo ao Comitê Gestor do IBS a centralização da arrecadação e a devida distribuição das parcelas devidas ao Município.

**(B)** Os Municípios perderão completamente a prerrogativa de fixar suas alíquotas para o IBS, ficando estas vinculadas a uma alíquota única nacional obrigatória e idêntica para todos os entes federativos, definida por Resolução do Senado.

**(C)** A fiscalização, arrecadação e distribuição das receitas decorrentes do IBS passam a ser centralizadas de forma exclusiva na Secretaria da Receita Federal do Brasil, extinguindo a participação ativa das administrações tributárias municipais no processo.

**(D)** Por se tratar de um tributo unificado de competência compartilhada, as autarquias e os órgãos da administração direta municipal, como a Câmara de Vereadores, perderam a imunidade recíproca nas aquisições de bens e serviços reguladas pela referida Lei Complementar.

**(E)** Caberá apenas à União a arrecadação do IBS, de forma centralizada.

**48.** No exercício de suas atribuições, o contabilista da Câmara Municipal de Tabatinga/SP é consultado pela Comissão de Licitação sobre a regularidade de uma empresa que pretende participar de um certame exclusivo para Microempresas (**ME**) e Empresas de Pequeno Porte (**EPP**). Ao analisar a composição societária e os dados fiscais da licitante, o contabilista identifica uma situação que, à luz da Lei Complementar nº 123/2006, impede que a referida pessoa jurídica usufrua do tratamento jurídico diferenciado.

Assinale a alternativa que apresenta uma situação que **Veda** o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, independentemente do seu faturamento bruto anual:

**(A)** Empresa de cujo capital participe outra pessoa jurídica, ou que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

**(B)** Sociedade empresária que exerça atividades de prestação de serviços de natureza intelectual, tais como contabilidade, advocacia ou medicina.

**(C)** Empresa que possua em seu quadro societário uma pessoa física que seja sócia de outra empresa enquadrada no Simples Nacional, desde que a soma dos faturamentos de ambas não ultrapasse o limite de R\$ 4.800.000,00.

**(D)** Microempreendedor Individual (MEI) que possua um único empregado que receba exatamente o salário-mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

**(E)** Microempreendedor Individual (MEI) que não possua empregado.

**49.** No mês de maio de 2026, o setor de contabilidade da Câmara Municipal de Tabatinga processou a folha de pagamento dos seus servidores e agentes políticos, além das notas fiscais dos prestadores de serviços contratados. O Contador da Casa Legislativa, ao aplicar as normas de custeio da Previdência Social disciplinadas pela Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, deparou-se com três situações distintas para análise de retenção/recolhimento do INSS:

1. **Vereadores** em exercício do mandato eletivo, que não possuem vínculo efetivo com nenhum regime próprio de previdência.
2. **Servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão**, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
3. Nota fiscal de empresa contratada para a prestação de serviços de **limpeza e conservação** nas dependências do prédio do Poder Legislativo, mediante cessão de mão de obra.

Considerando as diretrizes da IN RFB nº 2.110/2022, assinale a alternativa que apresenta a conduta **correta** do contador:

**(A)** Os vereadores e os servidores comissionados são considerados segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na qualidade de empregados, devendo a Câmara reter e recolher as respectivas contribuições. A nota fiscal de limpeza sofre retenção fixa de 11% sobre o valor bruto dos serviços.

**(B)** Os vereadores enquadram-se como contribuintes individuais e os servidores comissionados como segurados empregados do RGPS. Já o serviço de limpeza, por se tratar de órgão público, goza de isenção automática da retenção de 11% na fonte, cabendo à contratada recolher por conta própria.

**(C)** Os vereadores e os servidores comissionados, vinculam-se, obrigatoriamente, ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município por exercerem funções públicas na Câmara. A retenção da nota fiscal de limpeza é facultativa, dependendo de previsão no edital da licitação.

**(D)** Os vereadores são classificados como segurados empregados e os comissionados como trabalhadores avulsos. A retenção sobre a nota fiscal de limpeza deve ser de 20% sobre o valor total do contrato, correspondente à cota patronal.

**(E)** Os vereadores e os servidores comissionados são considerados segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na qualidade de empregados, devendo a Câmara reter e recolher as respectivas contribuições. A nota fiscal de limpeza sofre retenção fixa de 20% sobre o valor bruto dos serviços.

**50.** Sobre Tributos:

"tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Com base nessa definição legal, assinale a alternativa que apresenta uma característica **correta** do tributo:

- (A)** O tributo tem caráter de punição, ou seja, é uma multa aplicada a quem comete uma infração legal.
- (B)** O pagamento do tributo é facultativo, cabendo ao cidadão decidir se deseja ou não realizar o pagamento.
- (C)** O tributo é uma prestação compulsória, obrigatória, cuja instituição exige, necessariamente, a existência de uma lei.
- (D)** O tributo pode ser instituído livremente por meio de decreto do chefe do Poder Executivo, dispensando a participação do Poder Legislativo.
- (E)** O tributo é uma prestação compulsória, facultativo, cuja instituição exige, necessariamente, a existência de uma lei.

*RASCUNHO*

*RASCUNHO*

Realização



**INSTITUTO  
AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E  
PROMOÇÃO DE EVENTOS**